

Público	Periodicidade: Diário
02-02-2021	Classe: Informação Geral
	Âmbito: Nacional
	Página(s): 1,2,3,4,6,7,8



Público

02-02-2021

Periodicidade: Diário

Classe: Informação Geral

Âmbito: Nacional

Pagina(s): 1,2,3,4,6,7,8



Angela Merkel, em Lisboa, com António Costa, na última visita oficial, em Maio de 2018

Costa aceita ajuda internacional. Alemães são os primeiros

Os 26 elementos dos serviços de saúde das forças armadas alemãs chegam amanhã, com material que inclui camas, e vão ficar em Portugal por 21 dias. Devem ser rendidos por outros militares até Março. Áustria e Espanha também querem ajudar

Álvaro Vieira

Uma equipa de 26 profissionais especializados em medicina intensiva, das forças armadas alemãs, com equipamentos e materiais que incluem camas hospitalares, ventiladores, bombas e seringas de infusão, será a primeira ajuda internacional que Portugal vai receber no combate à pandemia de covid-19 e chega já amanhã. O anúncio foi feito pela ministra da Defesa, Annette Kramp-Karrenbauer, e pelas forças armadas alemãs no Twitter, à mesma hora que o Governo comunicava ao PÚBLICO que ainda não tinha data prevista para receber essa ajuda, em que outros países como a Áustria, Luxemburgo e Espanha já se prontificaram a participar.

Ao fim da tarde, esse auxílio foi confirmado pelos ministérios da Defesa da Saúde. Na verdade, o comunicado conjunto não confirma exactamente que a Alemanha correspondeu a um pedido de ajuda. O que diz é que, "na sequência de diversos contactos bilaterais, Portugal aceitou a proposta de colaboração do Governo alemão para reforço da resposta à covid-19".

Confirma que estes militares ficam por três semanas, mas podem ser ren-

didos por outras equipas, por iguais períodos, até Março, se necessário.

E recorda que Portugal não será o primeiro país a ser ajudado no combate à covid-19. "Na primeira vaga da pandemia, a Alemanha disponibilizou o seu apoio a vários Estados europeus. Itália, França, Holanda, Bélgica e República Checa, países com maior proximidade geográfica da Alemanha, foram os destinatários da solidariedade alemã e europeia, que agora se estende também a Portugal", lê-se no comunicado.

No Twitter, a ministra alemã da Defesa disse ter falado com o homólogo português, João Gomes Cravinho, e proclamou que a Alemanha estaria ao lado de Portugal na "batalha" contra a covid-19. Na semana passada, uma delegação de médicos militares alemães visitou já hospitais de Lisboa e do Porto, numa missão de reconhecimento – na sequência da oferta de apoio de Angela Merkel, em telefonema ao primeiro-ministro, António Costa, fez saber o Governo.

Em conferência de imprensa sobre o processo de vacinação, a ministra da Saúde foi ontem questionada acerca do motivo de o anúncio da chegada da ajuda da Alemanha ter sido feita por este país e não por Portugal. "Foram feitos vários contactos com

países que demonstraram a sua disponibilidade, outros com quem temos relações de trabalho – a nossa vizinha Espanha (...). Optámos por não transmitir publicamente uma informação que não estava confirmada. Neste momento estamos mais próximos que se possa concretizar uma colaboração com a Alemanha, como foi transmitido pela ministra da Defesa alemã”, respondeu Marta Temido. “Quando tivermos a certeza total do número de profissionais, quando chegarmos e como vão trabalhar, daremos conta a toda a população”, disse ainda a ministra da Saúde, referindo que é do entendimento dos profissionais portugueses que ainda há capacidade para alargar a oferta de cuidados intensivos nacionais. Mas os pormenores da ajuda alemã já tinham sido dados pelo Governo germânico nas redes sociais.

Há uma semana, na RTP, Marta Temido afirmou que Portugal estava a acionar todos os mecanismos de que dispunha no quadro internacional para prestar “a melhor assistência aos utentes” dos serviços de saúde. Mas também lembrou que a situação periférica de Portugal, no extremo ocidental da Europa, não facilitava a “circulação transfronteiriça de doentes” que já era normal na Europa central.

Ontem ficou a saber-se mais do auxílio que poderá vir desse centro da Europa, e da própria Península Ibérica. O embaixador da Áustria em Lisboa avançou à Lusa que Viena está a fazer um levantamento naquele país para saber quantas camas de cuidados intensivos tem disponíveis para doentes covid-19 de Portugal. “Um levantamento que será feito muito rapidamente”, disse o embaixador, Robert Zischg, um dia depois de o chanceler austriaco, Sebastian Kurz, ter anunciado, nas redes sociais, que a Áustria oferecera este apoio a Portugal, num sinal de “solidariedade europeia”.

O representante diplomático austriaco disse que a oferta de apoio de Viena – para transferência de doentes covid-19 em cuidados intensivos – é possível, porque abrandou a pressão sobre esses serviços na Áustria, tendo passado de 700 para menos de 300 doentes nesse tipo de unidades. E recordou que a Áustria já recebeu doentes de outros países, como a França.

O Governo espanhol também se ofereceu para ajudar Portugal a debelar a pandemia. “Houve uma oferta de apoio por parte das autoridades espanholas”, disse à Lusa o embaixador de Portugal em Madrid, João Mira Gomes, acrescentando que estão a ser avaliadas, a nível técnico, as “modalidades desse apoio”.

Esta ajuda internacional, que deverá ser aceite pelo Governo português, é, contudo, descrita como solidária, mas “simbólica”, uma vez que deverá representar um número diminuto de casos de doentes transferidos, disse ao PÚBLICO um responsável gover-

Saúde diz que haverá “tolerância zero” Ministério Público começou a investigar vacinação fraudulenta

Ana Henriques e Ana Maia

A Procuradoria-Geral da República (PGR) revelou ontem que o Ministério Público já abriu vários inquéritos aos casos de alegada vacinação fraudulenta contra o coronavírus que têm sido divulgados.

“Até ao momento o Ministério Público já decidiu pela instauração de inquéritos relativamente a alguns dos casos vindos a público, desde logo os respeitantes à Segurança Social de Setúbal, ao Instituto Nacional de Emergência Médica (INEM) de Lisboa, ao INEM do Porto e a factos também noticiados ocorridos em Portimão (Centro de Apoio de Idosos), Vila Nova de Famalicão, Arcos de Valdevez, Bragança, Seixal e Montijo”, respondeu à Procuradoria-Geral da República ao PÚBLICO, acrescentando que “este trabalho de pesquisa prossegue ainda relativamente a outras situações que também têm vindo a público”.

A polémica relacionada com as pessoas que estão a ser vacinadas sem terem direito a isso neste momento fez mesmo a Ordem dos Enfermeiros apelar a estes profissionais para que se recusem a inocular os não prioritários. “Comigo esses senhores não tomavam vacina nenhuma. Podiam esperar à vontade”, diz a bastonária, Ana Rita Cavaco, que tem reencaminhado as denúncias que chegam à Ordem quer para o Ministério da Saúde quer para a *task force* do plano nacional de vacinação e, nalguns casos, ainda para os grupos parlamentares. Só à secção regional do centro da Ordem dos Enfermeiros chegaram na última semana mais de 50 denúncias de alegadas irregulari-

dades na vacinação contra a covid-19, fez saber Ricardo Correia de Matos, o presidente da secção do centro. E Ana Rita Cavaco fala em cerca de uma centena de queixas em todo o país.

Que crime está em causa?

É a primeira vez que a PGR se pronuncia sobre o assunto, apesar de já ter sido instada a fazê-lo pela Ordem dos Enfermeiros no final da semana. Fê-lo depois de o Ministério da Saúde ter assumido, durante o fim-de-semana, que promover a vacinação de utentes não prioritários podia dar direito a sanções disciplinares mas também criminais.

“Aquilo que foram circunstâncias de incumprimento de vacinação merecem o nosso repúdio mais veemente possível e, portanto, o Ministério da Saúde e todas as suas entidades estão empenhadas que esses casos não voltem a repetir-se”, afirmou ontem a ministra da Saúde, Mar-

ta Temido, após ter feito um balanço das pessoas vacinadas até ao momento. Ao ser questionada sobre se o presidente do INEM mantém a sua confiança, depois de ter sido noticiada a vacinação de pessoas não prioritárias no instituto e de na delegação do Porto ter ocorrido a vacinação de funcionários de uma pastelaria, declarou: “Todas as situações que tenham sido reportadas como desvio às regras serão investigadas por quem direito e retiradas as consequências que sejam as recomendadas após a investigação. Desde a semana passada que a Inspeção-Geral das Actividades em Saúde está a auditar estas situações e semanalmente será feito um relatório desse processo”, reforçou. Não clarificou em que quadro legal as situações abusivas podem recair. Disse apenas que este “está previamente definido”.

Também a PGR não diz que tipo de crime pode estar em causa, existindo mesmo juristas que entendem que as condutas em causa podem ser ilegais sem, todavia, infringirem normas que dêem direito a pena de cadeia, ainda que suspensa. No entender do professor da Faculdade de Direito do Porto André Lamas Leite será difícil responsabilizar criminalmente quem não for funcionário público. “Não encontro qualquer forma de punir estes comportamentos, seja por via penal, seja contra-ordenacional – o que significa que tais condutas apenas poderão ser sancionadas no domínio disciplinar e civil”, escreve num artigo de opinião (ver página 10) no qual reclama a aprovação de uma lei de segurança sanitária que resolva este tipo de imbróglios legais.

A polémica que suscitaram dois casos sob suspeita já gerou outras tantas demissões. A militante socialista que dirigia a Segurança Social de Setúbal, Natividade Coelho, abandonou o cargo depois de ter alegadamente mandado vacinar 126 funcionários, incluindo ela própria. O diretor regional do Norte do INEM fez o mesmo após ter fornecido vacinação a empregados de uma pastelaria do Porto. Nesta última situação, como em várias outras, os prevaricadores alegaram que se tratava de sobras da vacina que se iriam estragar, uma vez que, desde que é diluída até ser administrada, à temperatura ambiente, não podem passar mais de seis horas. O secretário de Estado adjunto e da Saúde, António Lacerda Sales, avisou que haverá “tolerância zero” para com as vacinações indevidas e que o plano de vacinação contemplará listas suplementares de utentes para as vacinas sobrantes.

Haverá mais entregas Portugal já recebeu mais de 400 mil vacinas

Ana Maia

Portugal já tinha recebido ontem 387.270 vacinas da Pfizer e 19.200 da Moderna. Ainda este mês estão previstas mais cinco entregas entre as duas farmacêuticas. A expectativa é a de que a estas se juntem duas entregas da AstraZeneca, cuja vacina recebeu autorização condicional no final da semana passada da Agência Europeia do Medicamento. Prevê-se ainda que as entregas deste terceiro laboratório ocorram a 9 e 19 deste mês. “Serão cerca de 200 mil doses de um total de 6,8 milhões” contratadas com Portugal, disse ontem a ministra da Saúde.

Até às 13h de ontem já estavam inoculadas cerca de 340 mil pessoas, das quais 270 mil com a primeira dose e 70 mil com as duas doses. Prossegue também a vacinação de profissionais de saúde dos sectores privado, social e ainda das unidades públicas identificadas como prioritários, dos lares, das estruturas similares e unidades da rede de cuidados continuados cujos surtos já foram dados como concluídos. E vai começar a vacinação das

340

mil pessoas já tinham sido inoculadas até ao dia de ontem – 270 mil com a primeira dose e 70 mil com as duas doses

900

mil pessoas vão começar a ser vacinadas: as que têm mais de 80 anos e as que têm entre 50 e 79 anos e doenças de risco

pessoas com mais de 80 anos e dos que têm entre 50 e 79 anos com pelo menos uma das quatro doenças de risco associadas à hospitalização ou morte, quando infectados com SARS-CoV2. Estes dois últimos grupos, referiu a ministra da Saúde, são “um universo de cerca de 900 mil pessoas que irão agora ser contactadas para a vacinação”.

“Todas as situações que tenham sido reportadas como desvio serão investigadas e serão retiradas as consequências

Marta Temido
 Ministra da Saúde

FOTOGRAFIA



Ordem dos Enfermeiros diz que recebeu uma centena de denúncias

Vacinação Autarcas na expectativa e prontos a ajudar

Natália Faria

Sabemos onde estão todos os idosos: os que estão acamados e os que estão sozinhos. Se for preciso ajudar a identificá-los, a autarquia saberá como fazê-lo e poderá disponibilizar transporte, motoristas, espaços físicos, o que for preciso. Precisam é de nos dizer o dia e a hora”, diz Teresa Costa, presidente da Câmara de Mondim de Basto, que, tal como a maioria dos autarcas contactados pelo PÚBLICO, está na expectativa quanto ao arranque da vacinação dos idosos com 80 e mais anos, bem como das pessoas acima dos 50 anos e com comorbilidades associadas.

Apesar de as primeiras inoculações neste grupo estarem agendadas para amanhã, do lado das autarquias a informação parece ser ainda muito escassa. “A única coisa que o ACES [agrupamento de centros de saúde] nos pediu foi que indicássemos um local para a vacinação e já apontámos o Centro Cultural de Aguiar da Beira, que é amplo e arejado. Se forem necessárias ambulâncias e transportes, estamos disponíveis para ajudar, mas até agora não sabemos quando tencionam iniciar a vacinação”, declarou o autarca de Aguiar da Beira, Joaquim Bonifácio.

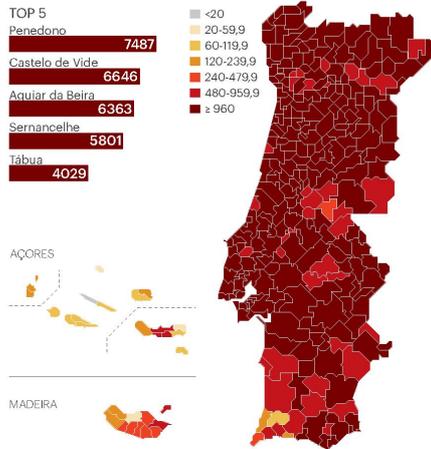
Em Boticas, Fernando Queiroga adianta que a indicação recebida aponta para que a vacinação possa ser feita nos centros de saúde. “As pessoas deverão ser chamadas ao local, mas até agora a autarquia não recebeu nenhum pedido de apoio nesse sentido.”

“Como o transporte das crianças para as escolas não está a ser feito, os autocarros estão disponíveis para o que for preciso”, enfatizou Fernando Queiroga, adiantando ainda que em municípios como Aljô, Murça, Régua e Mesão Frio, entre outros, a hipótese em cima da mesa é que o posto de vacinação seja instalado no Régua Douro Park, em Vila Real.

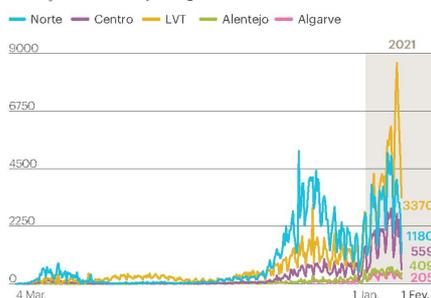
O facto de as convocatórias podem ser feitas com recurso a SMS, e eventualmente por carta ou contacto telefónico, não parece preocupar os autarcas, segundo os quais as pessoas estão sinalizadas, além do que, como adianta uma fonte da Câmara de Sabrosa, “será sempre possível recorrer às juntas de freguesia, muitas das quais têm a circular carinhas que vão entregar a medicação aos idosos de cada freguesia”.

Taxa de incidência cumulativa em 14 dias

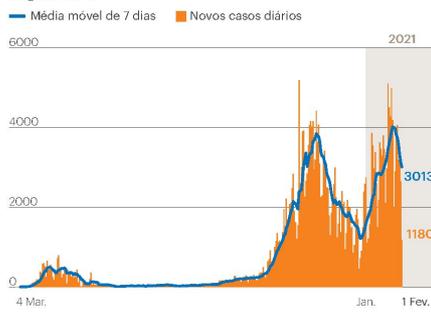
Casos confirmados por 100.000 habitantes de 13 a 26 de Janeiro de 2021



Evolução dos casos por região



Região Norte



Fonte: INE, DGS (dóbrtos de 2021); INSA (dados-vivos 2021) PÚBLICO



Números da região de Lisboa continuam preocupantes

Abrandamento a norte Portugal poderá já ter ultrapassado o pico de contágios

Filipa Almeida Mendes

Opico de contágios pelo novo coronavírus em Portugal poderá já ter sido ultrapassado, nos últimos dois dias. Mas há várias ressalvas a fazer: continuamos com “níveis de incidência brutalmente elevados” em termos globais e o verbo “desconfinar” é ainda uma palavra “proibida”, alertam os especialistas ouvidos pelo PÚBLICO.

O Alentejo foi a primeira região a ultrapassar o pico de contágios, por volta do dia 21 de Janeiro, tendo-se seguido o Norte, entre o dia 23 ou 24 de Janeiro, e o Centro e o Algarve no dia 25 do mesmo mês. Já Lisboa e Vale do Tejo (LVT), que contabiliza actualmente cerca de 50% dos novos casos a nível nacional, deverá atingir o pico mais tarde, de acordo com dados fornecidos ao PÚBLICO pelo investigador da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa (FCUL) Carlos Antunes.

Em termos nacionais, os dados compilados até ao dia 30 de Janeiro mostram que poderíamos ultrapassar o pico nos dias seguintes, uma vez que a análise implica sempre um certo atraso, pelo que esta segunda-feira, 1 de Fevereiro, “provavelmente já ultrapassamos o pico”, admite Carlos Antunes.

No entanto, adverte o especialista, apenas será possível afirmar com total certeza que já ultrapassamos o pico dos contágios posteriormente, quando for efectivamente possível verificar uma diminuição da incidência e identificá-lo, uma vez que “os dados que estamos a observar hoje reportam a infeções dos últimos quatro, cinco ou seis dias”.

Segundo Milton Severo, responsável pelas projecções do Instituto de Saúde Pública da Universidade do Porto (ISPUP), “no Norte desde o dia 24 de Janeiro que a média a sete dias de casos diários está a baixar”, tendo passado de 4000 casos no ponto máximo (24 de Janeiro) para 3000 este domingo. Também a 24 de Janeiro, o Centro atingiu um máximo (da média a sete dias) muito próximo dos 2300 casos e, este domingo, desceu para os 1900 casos. Porém, na região de LVT “isso ainda não aconteceu”: “Ainda estamos a subir, tendo atingido a média de casos diários um pouco acima dos 6000.”

Milton Severo nota que “Portugal andou no dia 28 de Janeiro à volta dos 13 mil casos diários e agora está próximo dos 12 mil”. “Ou seja, houve aqui uma pequena desaceleração e provavelmente até poderá já ter atingido o pico, se se confirmar nos próximos dias que o valor continua a descer”, admite o especialista, salientando que o ISPUP trabalha com uma média móvel a sete dias que tem em conta o facto de o número de testes realizados variar ao fim-de-semana.

Manuel Carmo Gomes, professor de epidemiologia da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa (FCUL), concorda que “a nível nacional, se ainda não atingimos o pico, vamos atingir esta semana”, sublinhando que “onde estamos mais atrasados é em LVT, que poderá apenas atingir o pico na segunda semana de Fevereiro”. Nesta região, a incidência “ainda não parou de subir”, embora esteja a desacelerar devagar – “o que quer dizer que está a tender para um pico”.

Von der Leyen preocupada com as variantes

“Isto é uma maratona. É preciso controlar os nervos”

Entrevista

Rita Siza, Bruxelas

Ursula von der Leyen, presidente da Comissão Europeia, diz que a União Europeia traçou bem o seu plano para as vacinas

A presidente da Comissão Europeia passou os últimos dias a rever as encomendas de vacinas contra a covid-19 feitas pela União Europeia e a discutir com os CEO das empresas farmacêuticas o que se pode fazer para preparar já uma segunda geração de vacinas que responda a novas variantes do vírus. Numa entrevista com oito diários europeus, entre eles o PÚBLICO, Ursula von der Leyen reconheceu que a gestão da crise pandémica não está isenta de erros, mas defendeu a estratégia seguida pelo executivo comunitário.

No dia em que arrancou a vacinação, falou numa história de sucesso da Europa. Um mês depois, está sob pressão, a defender-se de críticas à estratégia seguida pelos 27. O que é que correu mal para num curto espaço de tempo termos passado do sucesso ao fracasso? Há sempre altos e baixos em tempos de crise, que pela sua natureza são períodos muito difíceis. No início da pandemia, foi preciso algum tempo para a Comissão, sem quaisquer competências na área da saúde, convencer os Estados-membros a seguir uma estratégia colectiva. No Verão havia 160 instituições diferentes a tentar desenvolver uma vacina, e tivemos de ser criteriosos a escolher com quem queríamos negociar. Penso que escolhemos bem: todos os produtores que ficaram à frente nessa corrida estão no nosso portfólio. Mas ainda estamos no início da produção em massa e no arranque de uma campanha de vacinação que é incomparável com qualquer outra feita. Neste primeiro mês foram distribuídas 18 milhões de doses. Em Fevereiro serão entregues 33 milhões de doses, e em Março 55 milhões de doses. No segundo

trimestre vão chegar mais. Compreendo que aconteçam alguns problemas na produção, mas a tendência vai na direcção certa. A AstraZeneca disse que problemas na produção a impediam de fornecer à UE as doses que foram contratadas. A Comissão esperava receber cerca de 100 milhões de doses no primeiro trimestre e afinal só terá 40 milhões. É aceitável que uma companhia falhe desta forma com o seu compromisso? A AstraZeneca tem obrigações que tem de cumprir e a nossa expectativa é que as cumpra. Tivemos conhecimento em cima da hora de atrasos e reduções nas entregas, sem que tivesse sido apresentada uma explicação plausível para isso. Estamos em conversações para resolver o problema, e esperamos que eles expliquem como pretendem compensar esta falha. Mas penso que já passamos o pior, a AstraZeneca já mostrou formas de melhorar e acelerar a entrega. A boa notícia é que já vai começar a distribuir doses a 7 de Fevereiro, com 3,2 milhões de doses. Em Fevereiro teremos cerca de 17 milhões de doses, depois em Março 23 milhões. Para nós é importante que nos garanta que entrega mais doses em Fevereiro e Março. Esses são os meses onde se prevêem dificuldades (no abastecimento da UE). Em Abril esperamos que os números de doses disponíveis comecem a subir, até porque nessa altura também já devemos ter a vacina da Johnson & Johnson.

A AstraZeneca comprometeu-se a cumprir o contrato, recorrendo por exemplo às unidades do Reino Unido para abastecer a UE? A empresa é que tem de decidir como se organiza para responder às obrigações contratuais, nós não temos nada com isso. A única coisa que queremos é explicações plausíveis quando estão em causa quebras nas encomendas que não estão sujeitas a nenhuma pré-condição. O que deixámos claro foi que esperamos transparência, que foi o que tentámos estabelecer através do novo mecanismo de autorização de exportações de vacinas, que nos permite saber o que foi produzido e o que foi exportado e se está em causa o stock



“**Estou realmente preocupada com a ocorrência destas variantes. O que mais me preocupa é encontrar uma resposta rápida para este fenómeno**”

que a UE reservou. Com esse retrato podemos discutir com as empresas à volta de factos, e não de rumores. Queremos as vacinas, esse é o nosso objectivo. Sabemos que o panorama que temos pela frente é de uma maratona. Ainda nem fizemos o primeiro sprint. Por isso vamos precisar de guardar energia, de respirar fundo e de controlar os nervos.

O CEO da AstraZeneca disse que toda a gente estava muito nervosa. Isso explica as críticas que os Estados-membros dirigiram à Comissão? Sente falta de confiança na estratégia seguida? É compreensível que as pessoas queiram as vacinas já, que haja expectativas e pressão. Esta crise pandémica já dura há dez meses. É um stress incrível para todos: os indivíduos e as sociedades. E compreendo que haja alguma fúria. Mas a médio e longo prazo temos de manter-nos firmes. Estou convencida que a nossa estratégia de vacinação, com este portfólio, com estes contratos de aquisição antecipada, foi a mais correcta.

Os Estados-membros foram integrados e incluídos no processo desde o primeiro dia. Há transparência e confiança total. Todos sabemos que só ultrapassaremos esta crise se permanecermos unidos. Penso que foi importante a Comissão fazer entender às empresas que espera que os contratos sejam cumpridos, porque precisamos de trabalhar com calendários previsíveis.

Os problemas não comprometem a meta de ter 70% da população adulta vacinada até ao fim do Verão? Não. Estou convencida que seremos capazes de alcançar.

Uma das críticas que se ouviu nos últimos dias foi que nas negociações a Comissão esteve demasiado focada em poupar dinheiro aos Estados-membros, e que por causa disso ficou para trás na corrida. Foi assim? Os números contam uma história muito diferente. Investimos cerca de 2,7 mil milhões de euros em contratos de compra antecipada que foram um pré-financiamento das empresas para aumentarem as

Público 02-02-2021	Periodicidade: Diário
	Classe: Informação Geral
	Âmbito: Nacional
	Pagina(s): 1,2,3,4,6,7,8



"Portugal tomou a decisão correcta ao fechar-se"

A Comissão insiste que é importante manter o mercado interno a funcionar, e aconselha os Estados-membros a evitar controlos nas fronteiras. Mas nesta altura os governos estão a carregar nas restrições para tentar travar os contágios. Está preocupada com o prolongamento dos confinamentos e o efeito que isso possa ter na unidade da UE?

Demos um passo importante na última videoconferência do Conselho Europeu, quando decidimos que, como somos mais ou menos uma região epidemiológica, devemos diferenciar as zonas para onde os movimentos não essenciais devem ser desencorajados neste momento. Devemos fazer tudo o que for possível para evitar fechar as fronteiras internas, porque é importante que os fluxos de abastecimento e os movimentos dos trabalhadores transfronteiriços essenciais não sejam minimamente prejudicados. Ao mesmo tempo, quero dizer que estou impressionada com o Governo português, que penso que tomou a decisão correcta ao promover o fecho do país durante um curto espaço de tempo para responder à pandemia.

Relacionado com a campanha de vacinação está a recuperação económica da crise. Está confiante que o fundo de recuperação Próxima Geração UE vai arrancar na data prevista, ou esse processo também pode sofrer atrasos por causa das dificuldades sanitárias e da instabilidade política em alguns Estados-membros? É do interesse dos Estados-membros ratificar o mais depressa possível a decisão de novos recursos próprios [do Orçamento da UE], porque só depois disso a Comissão pode ir ao mercado arrecadar o dinheiro para constituir o fundo. Entretanto, prosseguimos de forma muito intensiva o nosso trabalho com os Estados-membros para a definição dos planos nacionais de recuperação e resiliência. Estes são projectos muito importantes, que vão contribuir para concretizar o nosso Pacto Ecológico, para promover a transição digital, para assegurar a nossa resiliência em crises futuras, o que implica por exemplo muito investimento na saúde. É um trabalho imenso, e estamos todos a fazer o possível para ter tudo pronto na data prevista. Espero que não haja dificuldades.

Quando o fundo de recuperação foi desenhado,

não se imaginava que a crise do coronavírus se prolongasse tanto tempo. O investimento previsto será suficiente para relançar a economia europeia, ou deve ser revisto?

O fundo tem um valor de 750 mil milhões de euros! Penso que para os Estados-membros, o que é da maior importância é provar que conseguem absorver estes montantes e cumprir as prioridades definidas, em termos de transição energética e digital. Temos de aprender as lições e temos de ultrapassar esta crise tornando-nos muito melhores do que éramos. Digo isto porque, por exemplo, a implementação do Pacto Ecológico está relacionada com a promoção da biodiversidade — como sabemos, a perda da biodiversidade é um dos factores que contribuiu para aumentar a probabilidade de novas pandemias. Então é lógico que devemos ir por aí. A digitalização nem vale a pena explicar, a crise mostrou-nos como é importante. E o tópico da resiliência vai desde a cadeia de abastecimento até aos preparativos para reagir a emergências. Ou seja, os nossos princípios são os correctos, agora temos de trabalhar para implementar: para reunir o dinheiro e para que as pessoas possam ver os benefícios destes projectos. **Rita Siza, Bruxelas**

suas capacidades. Este dinheiro não foi para pagar as doses de vacinas, foi um investimento nas empresas, para poderem começar a produzir antes de obter a autorização da vacina e estarem em condições de entregar as doses. O pagamento das doses depois é feito pelos Estados-membros, em função da quota que cada um reservou.

A diferença nas nossas negociações em relação a outros foi que decidimos, com o consentimento de todos os membros, que nos nossos contratos a segurança era um critério tão importante como a eficácia. Nunca quisemos arrear caminho no escrutínio e análise de dados do processo de aprovação. Houve outros que concederam uma autorização de emergência em 24 horas, mas penso que completar o processo todo, que demorou três a quatro semanas, foi a melhor decisão. É verdade que por causa disso começamos mais tarde. Mas vacinar é injectar uma substância biológica activa num indivíduo saudável. É uma enorme responsabilidade.

Tratando-se de uma situação de

emergência, não seria de esperar uma acção mais agressiva da UE, que acabou por ficar em desvantagem na corrida?

A negociação dos contratos não foi uma limitação. O que explica o atraso foi não aceitarmos atalhos no processo de aprovação. As farmacêuticas procederam aos ensaios clínicos a uma velocidade impressionante, e em paralelo deram os dados à Agência Europeia do Medicamento, que por boa razão é uma agência independente, e os aprovou. Vejamos o que aconteceu em concreto. No caso da BioNTech, assim que obtiveram a autorização começaram a distribuir vacinas. O mesmo aconteceu com a Moderna. Tivemos um conflito com a AstraZeneca, que quando o processo de aprovação terminou, não tinha vacinas para nos entregar. **No domingo esteve em discussões com os CEO das empresas farmacêuticas para aumentar a produção?**

Começámos por observar que já temos várias variantes do vírus, mas a indicação, até agora, é que as vacinas de que dispomos são

“Precisamos de uma coordenação constante com a EMA, para o licenciamento de uma segunda geração de vacinas ser mais rápido

eficientes para estas variantes. Porém, temos de acelerar os nossos preparativos para o caso de aparecerem outras variantes que possam colocar problemas às vacinas. Começamos a pensar o que devemos fazer: melhorar a partilha de dados relativos à sequenciação do vírus, para perceber como ele muda, e investir em pesquisa para adaptar a vacina às mudanças do vírus. Precisamos de uma coordenação constante com a EMA, para que durante esse trabalho de ajustamento para uma segunda geração da vacina possamos ter os dados suficientes para o processo de licenciamento ser mais rápido. Em paralelo, estivemos a ver como podemos aumentar a capacidade de produção, em toda a Europa. **Na semana passada houve anúncios de cooperação da Sanofi e Novartis na produção da vacina da Pfizer. A Comissão pode fazer alguma coisa para promover este tipo de acordos?** Só posso saudar as empresas que estão dispostas a trabalhar juntas. A Curevac também se juntou à Bayer. É muito positivo. Produzir vacinas é

extremamente complicado e devemos procurar na Europa onde existam unidades que possam ser usadas para fazer parte deste processo de produção. Devemos explorar todas as opções, para dentro de um ano, por exemplo, termos uma estrutura montada a que recorrer se for necessário. **Como médica, o que a preocupa mais neste momento: a rapidez do contágio com as novas variantes ou a lentidão do processo de vacinação?** Como médica, ainda estou abismada com a rapidez com que foi possível desenvolver e produzir uma vacina. O que a ciência conseguiu fazer em dez meses foi milagroso mesmo. O nosso inimigo é o vírus, e o desenvolvimento da vacina é parte da solução. Mas estou realmente preocupada com a ocorrência destas variantes. Sabemos que vamos ter de nos adaptar, e estou confiante que as novas plataformas com mRNA serão ágeis para responder às variantes. Mas o que mais me preocupa é encontrar uma resposta rápida para este fenómeno.

Público	Periodicidade: Diário
02-02-2021	Classe: Informação Geral
	Âmbito: Nacional
	Página(s): 1,2,3,4,6,7,8

Aflitos e mal-agradecidos

Editorial



Manuel Carvalho



O silêncio envergonhado com que se recebeu a promessa de ajuda estrangeira pode servir todas essas causas. Mas tem um preço elevado

O primeiro-ministro anunciou ao país a disponibilidade da Alemanha para ajudar Portugal a enfrentar a terrível crise sanitária da covid-19 na última quarta-feira. Já lá vão, pois, cinco dias. Este fim-de-semana foi a vez de o chanceler austríaco abrir as portas dos seus hospitais aos doentes portugueses. Era de esperar por parte do Governo qualquer gesto ou palavra que exprimisse reconhecimento e gratidão do país. Estranhamente, o que se ouviu foi um silêncio sintomático. O que se leu foi um comunicado lacónico. Não duvidamos que António Costa, ou o ministro da Defesa ou o Presidente da República tenham feito chegar aos seus pares um agradecimento. Mas esse agradecimento devia ter sido público e vivo, para desta forma envolver e significar a voz de todos os portugueses.

Este comedimento na reacção à

oferta de médicos, de camas ou de equipamentos pode ter muitas causas. Pode querer evitar que o alarme social face à dimensão da pandemia alastre. Ou pode pretender travar a ideia de que Portugal, como na *troika*, não consegue gerir o problema apenas com os seus próprios meios. O silêncio envergonhado com que se recebeu a promessa de ajuda estrangeira pode servir todas essas causas. Mas tem um preço elevado: legitima também a suspeita da hipocrisia e da ingratidão ao serviço de uma estratégia política. Quem se apressa a dar uma mão ao país numa situação difícil não merece esse silêncio e ainda menos o comunicado burocrático de ontem dos ministérios da Saúde e da Defesa.

Acceptar e elogiar a ajuda externa seria uma forma de encarar a realidade. Se as imagens das ambulâncias em espera nos hospitais ou o número de mortos nos

indignam ou envergonham, é caso para dirimir entre nós e, principalmente, com quem recebeu a missão de nos governar. O problema existe. A ajuda faz falta. Que venha, em nome dos doentes, dos médicos, de todos portugueses. Haver quem lá fora perceba o que se está a passar e se mostre empenhado em ajudar merece do país homenagem e reconhecimento. Não merece que as autoridades escondam a face como um nobre arruinado numa loja de penhores.

A Itália já esteve numa situação assim ou muito próxima, a Espanha também, o Reino Unido também e até a próspera Holanda enviou doentes covid para a Alemanha. Uma das muitas coisas boas de integrar a família europeia é ter a certeza de que em momentos como este estamos mais protegidos pela sua solidariedade. Há, por isso, que acolher e manifestar-lhe em público toda a gratidão possível.